

# Magela apresenta projeto

A participação popular em todos os níveis de administração do Governo do Distrito Federal, no Legislativo e Judiciário locais, é a linha mestra do anteprojeto de Lei Orgânica apresentado ontem pelo candidato a deputado distrital Geraldo Magela (PT). Elaborado com a participação de 40 técnicos e fruto de quatro meses de trabalho, o objetivo de Magela ao lançar o livro é o de fomentar o debate sobre as idéias para a futura Constituição de Brasília e mostrar ao eleitorado sua opinião sobre os diversos assuntos que a comporão.

A formação de conselhos populares para as várias áreas de interesse da comunidade seria a essência da proposta de participação popular no governo, explicou o candidato. Através deles, por exemplo, seria decidido o percentual de reajuste das tarifas de ônibus, as políticas de saúde e educacional, assim como a definição de metas para a indústria e agricultura.

A vantagem deste tipo de administração, ressaltou Geraldo Magela, "é que o Estado deixaria de ser uma entidade intocável na qual as necessidades da população pouco são ouvidas". Para reforçar esta idéia seria incluída no projeto de Lei Orgânica proposta dando a 1% do eleitorado o poder de vetar leis elaboradas pela futura Câmara Legislativa.

Com o objetivo de zelar pela imagem do Legislativo duas medidas estão inclusas no anteprojeto do candidato: a cassação do mandato do parlamentar que descumprir as promessas eleitorais e a definição de que o teto dos salários dos deputados distritais seria 20 vezes o piso dos funcionários do GDF. "Isto daria hoje um salário de cerca de Cr\$ 220 mil, quantia inferior, por exemplo, aos salários dos deputados estaduais de Goiás — Cr\$ 550 mil e de Minas Gerais Cr\$ 1 milhão".